

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE**

ARIEL ANTÔNIO CONCEIÇÃO DE SOUZA

**ANTECEDENTES COMPORTAMENTAIS DOS CIDADÃOS EM
RELAÇÃO AO GOVERNO ABERTO E AO GOVERNO 2.0**

**VITÓRIA
2018**

ARIEL ANTÔNIO CONCEIÇÃO DE SOUZA

**ANTECEDENTES COMPORTAMENTAIS DOS CIDADÃOS EM
RELAÇÃO AO GOVERNO ABERTO E AO GOVERNO 2.0**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dra. Márcia Juliana D' Angelo

**VITÓRIA
2018**

ARIEL ANTÔNIO CONCEIÇÃO DE SOUZA

**ANTECEDENTES COMPORTAMENTAIS DOS CIDADÃOS EM
RELAÇÃO AO GOVERNO ABERTO E AO GOVERNO 2.0**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 18 de Dezembro de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.: MÁRCIA JULIANA D' ANGELO

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em
Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

Prof. Dr.: RAIMUNDO NONATO LIMA FILHO

Faculdade de Ciências Aplicadas e
Sociais de Petrolina (FACAPE)

Prof. Dr.: SERGIO AUGUSTO PEREIRA BASTOS

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em
Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e pela oportunidade concedida do aperfeiçoamento intelectual e moral.

Agradeço à toda a família pela força, em especial minha mãe Mirian Antonieta Conceição de Souza, minha irmã Maria Ylza Conceição de Souza e minhas lindas sobrinhas Ana lis Queiroz Carvalho Conceição de Souza e Isadora Conceição Prudêncio.

À família Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE) pela bolsa de Mestrado Profissional em Ciências Contábeis e a oportunidade de aprimorar os conhecimentos com profissionais referências no cenário nacional. Não posso deixar de mencionar a Secretaria de Pesquisa dessa Instituição composta por profissionais qualificados e sempre atenciosos com os alunos bolsistas, assim como à Biblioteca nas pessoas de Andrea, Eliane e Edna.

À minha orientadora, professora Dr^a. Márcia Juliana D' Angelo pela paciência, atenção e as palavras de motivação que foram requisitos imprescindíveis para concluir esta dissertação.

Aos membros da banca de qualificação e defesa pelas críticas construtivas.

Aos colegas da turma 2017/1, em especial Renata Souza, Henrique Espinoza e Lohami Rizzi pelo companheirismo dentro e fora da Instituição.

Por fim, como já dizia Raul Seixas “Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”.

Muito obrigado a todos!!

“Eu não sou o que me aconteceu.
Eu sou o que escolho me tornar.”
(C.G.Jung)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou identificar o que determina as atitudes dos cidadãos brasileiros em relação ao governo aberto e ao governo 2.0 e se essas atitudes influenciam as intenções dos cidadãos em utilizar os dados do governo aberto. Para tanto, foi utilizado um questionário composto por construtos validados pela literatura. A análise dos dados se deu por meio da modelagem em equações estruturais. As evidências deste estudo mostram que três fatores – facilidade de uso percebida, utilidade percebida e confiança no governo – são antecedentes das atitudes dos cidadãos brasileiros em relação ao governo aberto e ao governo 2.0 e dos seus efeitos nas suas intenções em utilizar os dados do governo. O estudo pretende contribuir com um avanço na literatura de gestão pública, mostrando o que influencia as atitudes do cidadão, no contexto brasileiro, e fornecer informações úteis para que os formuladores de políticas do governo possam direcionar as iniciativas governamentais abertas.

Palavras-chave: Atitude do cidadão; Governo aberto; Governo 2.0; Dados abertos; Gestão pública.

ABSTRACT

This research aimed to identify what determines the attitudes of Brazilian citizens in relation to open government and government 2.0 and whether these attitudes influence citizens' intentions to use open government data. For this, a questionnaire composed of constructs validated by the literature was used. The analysis of the data was done through the modeling in structural equations. Evidence from this study shows that three factors - perceived ease of use, perceived utility, and trust in government - are antecedents of Brazilian citizens' attitudes toward open government and government 2.0 and their effects on their intentions to use data from government. The study intends to contribute with an advance in the literature of public management, showing what influences citizens' attitudes, in the Brazilian context, and can also contribute by providing useful information so that government policymakers can direct open government initiatives.

Keywords: Attitude of the citizen; Open government; Government 2.0; open data; Public management.

SUMÁRIO

Capítulo 1	8
1 INTRODUÇÃO	8
Capítulo 2	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 GOVERNO 2.0 OU GOVERNO POR MEIO DAS REDES E MÍDIAS SOCIAIS.....	13
2.2 GOVERNO ABERTO.....	14
2.3 DADOS DO GOVERNO ABERTO.....	15
2.4 INTENÇÃO DO CIDADÃO EM USAR OS DADOS DO GOVERNO ABERTO.....	17
2.5 ATITUDE DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AO GOVERNO ABERTO	18
2.6 ATITUDE DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AO GOVERNO 2.0 OU GOVERNO POR MEIO DAS REDES E MÍDIAS SOCIAIS.....	19
2.7 FACILIDADE DE USO PERCEBIDA E UTILIDADE PERCEBIDA.....	20
2.8 MOTIVAÇÃO INTRÍNSECA E MOTIVAÇÃO EXTRÍNSECA	22
2.9 COMPETÊNCIA NA INTERNET	24
2.10 SATISFAÇÃO POLÍTICA E CONFIANÇA NO GOVERNO	25
2.11 INTENSIDADE DO USO DA INTERNET	26
Capítulo 3	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
Capítulo 4	30
4 ANÁLISE DE DADOS	30
4.1 DADOS DEMOGRÁFICOS DA AMOSTRA	30
4.2 AVALIAÇÃO DA VALIDADE DO MODELO MENSURAÇÃO.....	30
4.2.1 Validade convergente.....	30
4.2.1 Validade discriminante.....	31
4.3 TESTE DE HIPÓTESES	35
Capítulo 5	38
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
Capítulo 6	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE A.....	50

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

Os cenários acadêmico e profissional têm se deparado com novas questões de pesquisa e novos desafios possibilitados pela combinação do governo eletrônico com o avanço contínuo da tecnologia (Wirtz & Daiser, 2018). Da mesma forma, o surgimento das modernas tecnologias da informação e comunicação tem propiciado inovações no processo democrático baseadas na transparência das ações governamentais, na participação política dos cidadãos e na colaboração entre governos e cidadãos (Wirtz, Weyerer, & Rosch, 2017). Esses três aspectos constituem os princípios do governo aberto (Chun, Shulman, Sandoval, & Hovy, 2010; Lee & Kwak, 2012), ganhando atenção do público e da comunidade científica (Wirtz *et al.*, 2017) e popularidade no cenário político (Meijer, Curtin, & Hillebrandt, 2012).

Governo aberto pode ser entendido como uma “medida em que os agentes externos, por meio da acessibilidade às informações do governo e às áreas de tomada de decisão, podem monitorar e influenciar processos governamentais” (Grimmelikhuijsen & Feeney, 2016, p.4). Trata-se de um conceito que relaciona o acesso às informações governamentais à visão do público e o acesso às áreas de tomada de decisão à voz do público (Meijer *et al.*, 2012).

Desta forma, o governo aberto é um acontecimento inovador referente ao conceito de governo eletrônico, porém, com uma maior perspectiva na informação (Abu-Shanab, 2015). Neste contexto, o sistema de governo eletrônico tem se desenvolvido por meio de recursos inovadores, por exemplo, das comunidades *online* e das redes sociais que fazem parte de uma nova abordagem denominada *Web 2.0*,

que inserida na área pública ficou conhecida como governo 2.0. Essa abordagem inovadora permite que os governos possam avaliar tanto o seu dever na sociedade, quanto sua relação com os cidadãos (Anttiroiko, 2010). Desta forma, “o governo aberto e o governo 2.0 aparentam ser, respectivamente, os novos objetivos e meios do governo eletrônico” (Nam, 2012, p.347).

Neste sentido, o governo aberto como uma atitude ou processo governamental se manifesta por meio dos dados do governo aberto (Wirtz *et al.*, 2017). Nesta pesquisa, entendidos como “dados não restritos à privacidade e não confidenciais, que são produzidos com dinheiro público e são disponibilizados sem quaisquer restrições sobre seu uso ou distribuição” (Janssen, Charalabidis, & Zuiderwijk, 2012, p. 258). Os dados abertos permitem mais participação e envolvimento com o governo e representam um exemplo materializado dos principais valores do governo aberto (Susha, Zuiderwijk, Janssen, & Grönlund, 2015).

No tocante ao acesso a esses dados pelos cidadãos, diversos estudos têm mostrado alguns fatores que podem impactar tanto nas suas atitudes em relação ao governo eletrônico quanto na sua intenção de utilizar tais dados. Fatores como a facilidade do uso percebida (Sipior, Ward, & Connolly, 2011; Wang & Lo 2013); motivação (Hutter, Füller, & Koch, 2011; Purwanto, Zuiderwijk, & Janssen, 2018) e confiança no governo (Horsburgh, Goldfinch, & Gauld, 2011; Nam, 2012).

O estudo justifica-se devido à pesquisa sobre governo aberto ainda estar em estado embrionário (Wirtz *et al.*, 2017), uma vez que o uso dos dados abertos ainda é recente, necessitando de um maior amadurecimento político e social, como afirmam Cunha *et al.* (2015). Como há recomendações de compreender essa temática em outros países (Wirtz *et al.*, 2017), é oportuno conduzir esta pesquisa, em particular,

no Brasil, um dos países fundadores da parceria para governo aberto (*Open Government Partnership – OGP*). Essa iniciativa foi lançada em setembro de 2011 por oito países (Brasil, Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos) comprometidos em tornar seus governos mais abertos e responsáveis para os cidadãos (Ogp, 2018). O atual contexto político brasileiro, em parte, devido à crise originada pela denúncia de atos corruptos, a partir de 2015 (Gohn, 2016) e a esperada redução da corrupção, como um dos benefícios do governo aberto (Meijer *et al.*, 2012), corroboram a relevância desta pesquisa.

Além disso, do ponto de vista das atitudes dos cidadãos, há necessidade de mais pesquisas empíricas (Wirtz *et al.*, 2017; Nam, 2012). Há lacunas para se investigar se os cidadãos insatisfeitos com a situação política atual estão dispostos a contribuir com as iniciativas do governo aberto (Wijnhoven, Ehrenharda, & Kuhn, 2015). Finalmente, a maioria dos estudos nacionais sobre a temática de governo eletrônico utilizam métodos qualitativos, com temas relacionados ao histórico, evolução e características, *accountability*, compras na internet e dados governamentais abertos (Barbosa, 2017), não havendo abordagens quantitativas tal como a proposta desta pesquisa.

Diante do exposto, tendo em vista que atitudes e intenções se configuram como antecedentes do comportamento real e essa é determinada pela atitude (Ajzen & Fishbein, 2005), este estudo objetiva identificar os determinantes das atitudes dos cidadãos brasileiros em relação ao governo aberto e ao governo 2.0 e se essas atitudes influenciam as intenções dos cidadãos em utilizar os dados do governo aberto.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GOVERNO 2.0 OU GOVERNO POR MEIO DAS REDES E MÍDIAS SOCIAIS

Para Bertot, Jaeger e Grimes (2010), o termo *web 2.0* está relacionado às mídias sociais, que incluem os *blogs*, o *Facebook*, o *Twitter*, o *YouTube* etc. Essas mídias sociais se configuram como um conjunto de ferramentas *on-line* relacionadas à interação social (Bertot, Jaeger, & Hansen, 2012). Para Sivarajah, Irani e Weerakkody (2015), os governos estão utilizando essas tecnologias baseadas na *web* de segunda geração para formular políticas abertas, campanhas de comunicação, além de atendimento ao público.

Bonsón, Torres, Royo e Flores (2012) afirmam que os impactos da *web 2.0* no setor público podem ser vistos de diversas formas. Segundo os autores, dentre elas a transparência do setor público é aprimorada ao fornecer notícias e informações aos cidadãos. Além disso, o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) permitem novas formas de participação, melhorando tanto o entendimento quanto o engajamento dos cidadãos (Bonsón et al., 2012). As TICs são ferramentas eficientes para identificar comportamentos corruptos, aumentam a transparência e constituem um meio para que a sociedade possa monitorar os processos governamentais (Shim & Eom, 2008).

No entanto, alguns problemas de gerenciamento de informações são identificados no uso das tecnologias de mídia social, sobretudo, em relação à privacidade, segurança, fidelidade e arquivamento (Bertot et al., 2012), a possibilidade

de vírus invadir os sites utilizados pelo governo (Bertot & Choi, 2013). Além disso, a tecnologia de mídia social é maleável, podendo ser utilizada pelos gestores e funcionários governamentais da forma que lhes convém (Feeney & Welch, 2016).

2.2 GOVERNO ABERTO

O termo governo aberto teve um dos primeiros usos conhecidos na década de 1950 e durante as décadas posteriores foi usado pelos atores políticos como um sinônimo para o acesso dos agentes sociais às informações governamentais que antes não eram divulgadas (Yu & Robinson, 2012). Com o passar do tempo, aprimorou-se essa abordagem proporcionando uma definição em que a transparência, a colaboração e a participação foram aprimoradas, como consequência dos dados abertos e ações abertas (Gascó, 2015).

Após o governo de Barack Obama fazer referências ao governo aberto (Hansson, Belkacem, & Ekenberg, 2015; Pyrozhenko, 2017; Yang, Lo, & Shiang, 2015; Grimmelikhuijsen & Feeney, 2016; Wirtz et al., 2017), essa temática tem ganhado popularidade no mundo como um todo, bem como, na comunidade científica (Wirtz & Birkmeyer, 2015).

Nesta perspectiva, o início do governo aberto está associado com o avanço das tecnologias da informação e comunicação (Grimmelikhuijsen & Feeney, 2016), que tem contribuído para gerar uma cultura de compartilhamento de informações (Hansson et al., 2015). Além disso, as modernas tecnologias servem como um alicerce para uma nova era democrática em que a transparência da ação governamental, a participação política dos cidadãos e a colaboração entre governo e cidadãos estão em um mesmo patamar (Wirtz et al., 2017).

A literatura (Lee & Kwak, 2012; Ganapati & Reddick, 2014; Hansson *et al.*, 2015; Luna-Reyes & Ae Chun, 2012; Wirtz *et al.*, 2017; Piotrowski, 2017) aborda a transparência, a participação e a colaboração como principais dimensões do governo aberto, porém é importante ressaltar que há outros fatores como *accountability*, regulamentações, tecnologia e a aceitação ou confiança no governo que compõem a estrutura de um governo aberto (Wirtz & Birkmeyer, 2015).

No processo de implementação do governo aberto, as agências governamentais precisam adquirir novas habilidades e tecnologias, capacitar funcionários, além de melhorar a infraestrutura de rede (Lee & Kwak, 2012), além disso alguns obstáculos como: necessidade de uma mudança cultural para criar normas e práticas governamentais abertas, problemas no gerenciamento da informação, problemas técnicos e falta de recursos, assim como, motivação para participar precisam ser enfrentados para a implantação do governo aberto (Hansson *et al.*, 2015).

2.3 DADOS DO GOVERNO ABERTO

Por dados do governo aberto entende-se como o conjunto de dados que pode ser acessado por qualquer pessoa, “e que em si não é apenas a publicação de dados, mas também inclui o *feedback* dos usuários para melhorar o desempenho do governo e os mecanismos de monitoramento” (Parycek *et al.*, 2014, p. 81). Conforme Yang *et al.* (2015), os dados abertos possuem estreita relação com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e se constituem como uma política importante na área pública no mundo inteiro.

Os dados abertos são compartilhados entre o governo e o público que compreendem as pessoas, as empresas e as organizações sem fins lucrativos (Yang *et al.*, 2015), por meio de plataformas governamentais on-line, como por exemplo, data.gov nos EUA, data.gov.uk no Reino Unido, govdata.de na Alemanha (Wirtz *et al.*, 2017) e dados.gov.br no Brasil (CGU, 2013).

A implementação dos dados do governo aberto traz benefícios nos âmbitos: organizacional, social e econômico (Parycek *et al.*, 2014). O gerenciamento de informações e a disponibilização de dados de forma rápida, resultam em uma série de benefícios. Tem-se, assim, uma melhor imagem da administração pública, mais informações para a escolha do representante no governo, além de poder contribuir com o crescimento econômico, por meio do surgimento de novas formas de negócio são alguns desses benefícios (Parycek *et al.*, 2014).

Em relação ao crescimento econômico, esse pode ser estimulado mediante novos serviços e aplicativos ofertados por empresas privadas com a utilização desses dados (Kornberger, Meyer, Brandtner, & Höllerer, 2017). Um exemplo foi a criação de um aplicativo que ajuda as pessoas a encontrar banheiros públicos mais próximos na cidade de Viena (Kornberger *et al.*, 2017).

Os dados podem contribuir para deixar o público mais consciente em relação ao trabalho governamental (Lee & Kwak, 2012), permitindo aos cidadãos co-criar e controlar o governo (Kornberger *et al.*, 2017). Por outro lado, Hansson *et al.* (2015) afirmam que um dos problemas é a interpretação dos dados, que acabam perdendo utilidade quando não se tem a compreensão e nem os recursos certos para interpretá-los, ou seja, os governos precisam fornecer meios para utilizar os dados abertos e não apenas o acesso aos dados (Janssen *et al.*, 2012).

2.4 INTENÇÃO DO CIDADÃO EM USAR OS DADOS DO GOVERNO ABERTO

A intenção pode ser entendida como “o antecedente imediato do comportamento real” (Ajzen & Fishbein, 2005, p.194) e é “determinada pela atitude do indivíduo em relação ao comportamento” (Wang & Lo, 2013).

Para Alzahrani *et al.* (2017), a intenção de usar um site on-line está relacionada à disposição do cidadão de se envolver nos serviços do governo ofertados nesses sites. Ao analisar a intenção comportamental para usar e aceitar os dados do governo aberto, Saxena e Janssen (2017) mostraram haver um aumento do uso e aceitação dos dados entre os entrevistados. Nesse estudo, enquanto os homens podem acessar os conjuntos de dados abertos de acordo com suas finalidades e experiências profissionais, as mulheres provavelmente usarão os conjuntos de dados motivados por interesses pessoais. Além disso, os respondentes mais jovens são mais inclinados a aceitar e usar os dados abertos (Saxena & Janssen, 2017).

O estudo de caso realizado por Purwanto *et al.* (2018) constatou que o altruísmo social como uma motivação intrínseca é um forte impulsionador para os cidadãos iniciarem e continuarem se envolvendo com os dados eleitorais abertos. Eles continuam que a baixa qualidade dos dados pareceu não impedir os cidadãos de se engajarem na iniciativa dos dados do governo aberto, pelo contrário, pode levar a mais engajamento e os fatores de confiança e eficácia política tiveram pouca influência no engajamento dos cidadãos. Por fim, quando os cidadãos são ameaçados por conflitos sociais, ações coletivas são possibilitadas pela disponibilidade dos dados governamentais abertos (Purwanto *et al.*, 2018).

Em relação às intenções dos cidadãos de usar os serviços de governo eletrônico, Khan *et al.* (2012) descobriram que essas intenções são influenciadas pela qualidade do serviço eletrônico e a habilidades de uso do serviço eletrônico. Já na pesquisa de Wang e Lo (2013), a intenção de usa sites do governo é moldada pela confiança no governo, além das condições facilitadoras, utilidade percebida e facilidade de uso percebida.

2.5 ATITUDE DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AO GOVERNO ABERTO

No tocante às atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto, Nam (2012) destaca que o uso de serviços governamentais existentes não influencia as atitudes em relação ao governo aberto, aqueles que valorizam as transações com o governo eletrônico e confiam no governo têm uma atitude positiva em relação ao governo aberto e por fim, o uso frequente da *Web* e a adoção de banda larga não afetam as atitudes dos cidadãos em relação aos novos modos de governo eletrônico.

O que impulsiona os cidadãos para enviar uma ideia, bem como enviar um comentário para o governo é o interesse político. Para fazer uma avaliação do governo, o motivador é o interesse do cidadão na plataforma/comunidade e a necessidade de melhoria (Hutter, Füller, & Koch, 2011).

Já no estudo de Wijnhoven *et al.* (2015), o fator diversão é o principal motivador dos cidadãos participarem de projetos do governo aberto, que percebem esses projetos como mais agradáveis tendo jovens mais dispostos para se envolver neles. Além disso, a insatisfação com a situação política atual é indicativo para participação e pessoas que já participaram são mais prováveis a participar novamente, gênero e nível educacional não foram encontrados evidências significativas.

Em relação à participação dos cidadãos em uma administração pública aberta, três tipos de cidadãos são identificados nesse processo: cidadãos abertos (envolvem-se de forma ativa e efetiva), cidadãos fechados (não desejam se envolver em processos de consulta e participação) e cidadãos silenciosos (têm um grande desejo de serem informados pela instituição pública, mas não desejam se envolver no processo de consulta) (Dutu & Diaconu, 2017). Ainda segundo esse estudo, a informação ativa, o conhecimento, as expectativas dos cidadãos em relação ao comportamento participativo na administração pública e a satisfação com a administração pública influenciam a participação dos cidadãos e que a satisfação pode tanto fomentar quanto inibir a participação (Dutu & Diaconu, 2017).

Partindo do princípio de que a intenção dos cidadãos de usar dados do governo aberto se configura como uma postura comportamental mais realista do uso do governo aberto (Wirtz *et al.*, 2017), será testada a seguinte hipótese:

H_{1a}: As atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto influenciam positivamente a intenção de usar os dados do governo aberto.

2.6 ATITUDE DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AO GOVERNO 2.0 OU GOVERNO POR MEIO DAS REDES E MÍDIAS SOCIAIS

Atitude é definida na teoria da ação racional de Fishbein e Ajzen (1975, p.6) como uma “predisposição adquirida para responder de forma consistentemente favorável ou desfavorável em relação a um dado objeto”. Segundo Ajzen e Fishbein (2005), o comportamento das pessoas é consequência de suas crenças, atitudes e intenções.

Partindo do princípio de que o governo 2.0 é a combinação do governo eletrônico com a web 2.0 (Anttiroiko, 2010), alguns estudos (Morgeson, VanAmburg,

& Mithas, 2010; Horsburgh *et al.*, 2010; Nam 2012; Wang e Lo 2013; Porumbescu, 2017) têm buscado compreender fatores comportamentais dos cidadãos em relação ao uso do governo eletrônico.

. Para Morgeson *et al.* (2010), o fato do cidadão adotar o governo eletrônico, como uma atitude, não está relacionado às expectativas de interação com uma agência governamental, satisfação ou confiança no governo federal em geral. No estudo de Horsburgh *et al.* (2011), o uso dos serviços de governo eletrônico não possui relação com a confiança nas instituições do governo e no governo eletrônico. Na pesquisa de Wang e Lo (2013), as atitudes dos cidadãos em relação ao uso de *websites* do governo são influenciadas pela utilidade percebida e facilidade de uso percebida e essas atitudes, por sua vez, são antecedentes das intenções dos cidadãos de usar sites do governo.

No estudo de Porumbescu (2017) foi constatado que o uso das mídias sociais do setor público está positivamente relacionado às percepções de confiabilidade no governo. A percepção de valor e a confiança no governo estão associados às atitudes dos cidadão em relação ao governo 2.0 nos achados de Nam (2012).

Tendo em vista que inovações no governo eletrônico determinam as atitudes dos cidadãos (Nam, 2012), a seguinte hipótese será testada:

H_{1b}: As atitudes dos cidadãos em relação ao governo 2.0 influenciam positivamente a intenção de usar os dados do governo aberto.

2.7 FACILIDADE DE USO PERCEBIDA E UTILIDADE PERCEBIDA

O governo aberto é um conceito que está relacionado ao governo eletrônico que por sua vez é baseado na utilização extensiva das TICs (Abu-Shanab, 2015). A

tecnologia é imprescindível na utilização dos dados do governo aberto, que devem ser observados pelo contexto do sistema de informação, uma vez que estão em formato digital (Wirtz *et al.*, 2017). Nesta perspectiva, diversas áreas de estudo, assim como, no âmbito da administração pública, o modelo de aceitação da tecnologia de Davis (1986) tem sido utilizado com a finalidade de explicar a aceitação ou uso de sistemas de informação (Ozkan & Kanat, 2011, Sipior *et al.*, 2011; Wang & Lo, 2013; Wirtz & Piehler, 2015). De acordo com esse modelo, a atitude em relação ao uso é determinada por dois fatores principais: a utilidade percebida e a facilidade de uso percebida (Davis, 1986).

Davis (1986, p. 26) define utilidade percebida como "o grau em que um indivíduo acredita que usar um determinado sistema aumentaria seu desempenho no trabalho" e facilidade de uso percebida como "o grau em que um indivíduo acredita que usar um determinado sistema estaria livre de esforço físico e mental".

No estudo de Ozkan e Kanat (2011) a utilidade percebida de um sistema de governo eletrônico teve forte influência na atitude do cidadão e para que um serviço seja percebido como útil, ele deve ser fácil de usar e aprender. Em Sipior *et al.* (2011), a facilidade de uso percebida está associada ao uso de serviços do governo eletrônico e à utilidade percebida, porém a utilidade percebida não está associada ao uso dos serviços.

Os achados de Wang e Lo (2013) sugerem que a utilidade percebida e a facilidade de uso percebida têm efeitos positivos nas atitudes dos cidadãos. Zuiderwijk, Janssen e Dwivedi (2015) mostraram que a facilidade de uso percebida, denominada no estudo como expectativa de esforço, não se relaciona com a intenção comportamental de usar e aceitar tecnologias de dados abertos.

Wirtz *et al.* (2017) confirmaram que a utilidade percebida e facilidade de uso percebida está associado com a intenção dos cidadãos em usar os dados do governo aberto. A utilidade percebida se refere a uma medida em que o cidadão acredita que o seu desempenho individual é otimizado pelo uso dos dados do governo aberto. E a facilidade de uso percebida como o esforço dos cidadãos necessário para usar os dados do governo aberto, no que diz respeito, a encontrar e entender os dados e a praticidade das plataformas tecnológicas que fornecem os dados.

A partir do modelo de aceitação da tecnologia, dessas definições, dos estudos mencionados e que a facilidade de uso percebida tem um efeito causal na utilidade percebida (Davis,1986), o estudo propõe as seguintes hipóteses:

H₂: A facilidade de uso percebida pelos cidadãos em relação aos dados do governo aberto influencia positivamente a utilidade percebida pelos cidadãos.

H₃: A facilidade de uso percebida pelos cidadãos em relação aos dados do governo aberto influencia positivamente as atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto (a); e ao governo 2.0 (b).

H₄: A utilidade percebida pelos cidadãos em relação aos dados do governo aberto influencia positivamente as atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto (a); e ao governo 2.0 (b).

2.8 MOTIVAÇÃO INTRÍNSECA E MOTIVAÇÃO EXTRÍNSECA

Fatores que conduzem um indivíduo a apresentar algum comportamento, geralmente são explicados pela teoria da motivação (Wirtz *et al.*, 2017). De acordo com Ryan e Deci (2000) a teoria da autodeterminação de Deci e Ryan (1985) propõe

dois tipos de motivação, extrínseca e intrínseca, que são decorrentes de razões ou objetivos e dão origem a uma ação. Para os autores, a motivação extrínseca “é um construto que se refere sempre que uma atividade é feita a fim de alcançar algum resultado separável”, já a motivação intrínseca “refere-se a fazer uma atividade simplesmente pelo prazer da atividade em si, ao invés de seu valor instrumental” (Ryan & Deci, 2000, p. 60). A motivação intrínseca numa pessoa ocorre quando ela age por fatores relacionados à diversão ou desafio e não por estímulos, pressões ou recompensas externas (Ryan & Deci, 2000).

Partindo desse princípio e considerando que a motivação intrínseca tem uma relação positiva com a intenção dos cidadãos em usar dados governamentais abertos (Wirtz *et al.*, 2017), que pode ser: o interesse político dos cidadãos é o principal motivador para se envolver em plataformas do governo aberto (Hutter *et al.*, 2011); o altruísmo social como uma motivação intrínseca é um forte impulsionador para os cidadãos iniciarem e continuarem se envolvendo com os dados eleitorais abertos (Purwanto *et al.*, 2018). Por fim, a diversão se configura como um fator importante que motiva o cidadão para participar de projetos do governo aberto (Wijnhoven *et al.*, 2015), propomos as seguintes hipóteses:

H₅: A motivação extrínseca dos cidadãos em usar os dados do governo aberto influencia positivamente as atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto (a); e ao governo 2.0 (b).

H₆: A motivação intrínseca dos cidadãos em usar os dados do governo aberto influencia positivamente as atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto (a); e ao governo 2.0 (b).

2.9 COMPETÊNCIA NA INTERNET

Os dados do governo aberto são encontrados nos portais, como por exemplo, data.gov aberto nos Estados Unidos, data.gov.uk no Reino Unido ou govdata.de na Alemanha, constatando que a internet é o meio utilizado pelos governos para fornecer os dados aos cidadãos, os quais, por sua vez, precisam ter conhecimento e habilidade para acessar e usar essas plataformas que fornecem os dados (Wirtz *et al.*, 2017). Nesse sentido, “a competência na Internet pode ser entendida como um conjunto de atitudes em relação à experiência individual percebida no uso de aplicativos e plataformas baseados na Internet” (Wirtz, Piehler, & Daiser, 2015, p.79)

No estudo de Marco, Robles e Antino (2014) a competência na internet, operacionalizada como habilidade digital, tem um efeito positivo sobre a participação política digital dos cidadãos. Em Wirtz *et al.* (2015) a competência na internet foi considerada um determinante direto na intenção de continuidade de usar os portais de governo eletrônico. Na pesquisa de Wirtz *et al.* (2017) a competência na Internet está significativamente relacionada com a intenção dos cidadãos de usar dados do governo aberto.

Considerando esses estudos, assume-se que a competência dos cidadãos na internet está associada com suas atitudes em relação ao governo aberto e ao governo 2.0, portanto, é proposto a seguinte hipótese:

H7: A competência na internet influencia positivamente as atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto (a); e ao governo 2.0 (b).

2.10 SATISFAÇÃO POLÍTICA E CONFIANÇA NO GOVERNO

A satisfação pode ser entendida como um julgamento que um cidadão faz sobre um produto ou serviço (Van Ryzin, 2005), na conjuntura desta pesquisa um julgamento sobre a política em geral e a confiança do cidadão entende-se como “um reflexo cognitivo das informações e dados obtidos pelo público em relação ao desempenho governamental” (Welch, Hinnant, & Moon, 2005, p.374).

Na visão de Dutu e Diaconu (2017), a satisfação dos cidadãos influencia a sua participação para uma administração pública aberta, além disso, quando os cidadãos têm uma percepção negativa em relação às atividades da administração pública e aos gestores públicos, isso faz com que eles confiem menos tanto na administração em geral quanto no seu representante. Na perspectiva de Ariely (2013), um melhor desempenho institucional aumenta a satisfação dos cidadãos, que por sua vez, aumenta a avaliação positiva em relação ao governo.

O estudo de Welch *et al.* (2005) indicou que a satisfação dos cidadãos com o governo eletrônico está positivamente relacionada com o uso do site do governo e com a confiança no governo. Para Vigoda-Gadot, Shoham, Schwabsky e Ruvio (2008) a inovação do setor público numa maior perspectiva democrática afeta a confiança e a satisfação com a administração pública. A confiança dos cidadãos na adoção do governo eletrônico, de acordo com Alzahrani *et al.* (2017), é influenciada por alguns fatores: tecnológicos (qualidade do sistema, qualidade do serviço e qualidade da informação), agências governamentais (reputação e experiências), aspectos dos cidadãos (gênero, educação, disposição para confiar e experiência na Internet) e risco (segurança, privacidade e desempenho).

No que diz respeito à satisfação do cidadão ser influenciada pelo desempenho do governo eletrônico e se essa relação varia de acordo com diferentes propósitos de uso (e-informação, e-serviço e e-participação), Ma e Zheng (2017) sugerem uma relação entre essas variáveis e que a e-informação e e-serviço relaciona-se positivamente com a satisfação geral do cidadão. Por fim, Wijnhoven *et al.* (2015) mostrou que os cidadãos insatisfeitos com a situação política atual não são menos propensos a se envolver em projetos do governo aberto.

Presume-se que o desenvolvimento do governo eletrônico aumente a satisfação dos cidadãos e a confiança no desempenho do governo (Nam, 2012). Sendo assim, as seguintes hipóteses são sugeridas:

H₈: A satisfação política influencia positivamente as atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto (a); e ao governo 2.0 (b).

H₉: A confiança no governo influencia positivamente as atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto (a); e ao governo 2.0 (b)

2.11 INTENSIDADE DO USO DA INTERNET

Um fato que tem ganhado notoriedade em todo o mundo é a utilização da internet nas operações realizadas pelos governos (Wang & Lo, 2013). A internet é um meio de comunicação, no qual a informação torna-se acessível de um modo geral, possuindo baixo custo e permitindo que os usuários possam obter informações (Alcaide Muñoz, Rodríguez Bolívar, & López Hernández, 2017).

No estudo de Welch *et al.* (2005) os cidadãos que usam a internet com mais frequência possuem uma maior predisposição a ficar satisfeito com o governo eletrônico. De acordo com Sweeney (2008) o uso da internet pelos cidadãos facilita o

acesso aos serviços do governo eletrônico. Porém, a frequência do uso da Internet e as atitudes dos cidadãos em relação às novas formas de governo eletrônico não tiveram uma relação estatisticamente significativa nos achados de Nam (2012).

Diante do exposto, propomos a seguinte hipótese:

H₁₀: O uso frequente da internet influencia positivamente as atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto (a); e ao governo 2.0 (b).

A Figura 1 apresenta o modelo teórico desta pesquisa.

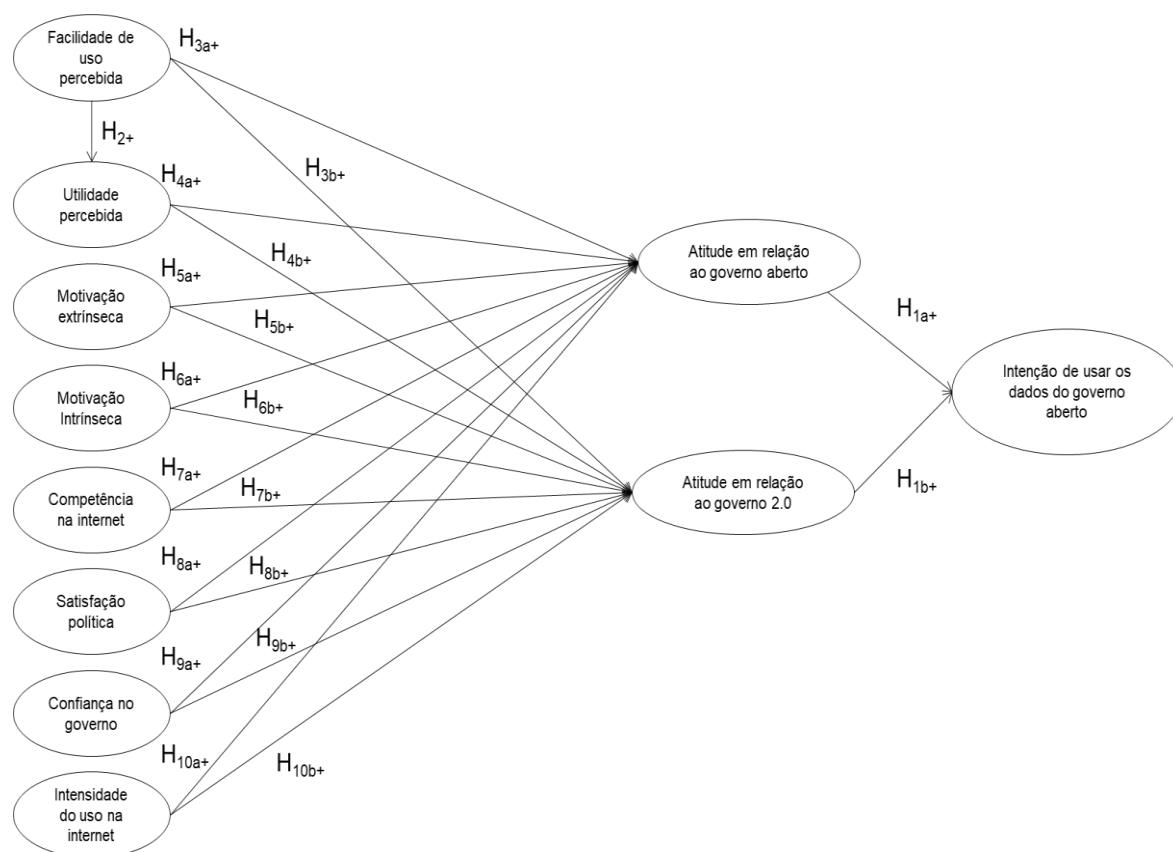


Figura 1: Modelo teórico da pesquisa

Capítulo 3

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para cumprir o objetivo proposto, o presente estudo possui uma abordagem de natureza quantitativa, descritiva e com corte-transversal. O público alvo e a amostra são formados por cidadãos brasileiros. Assim, trata-se de uma amostragem não probabilística, por acessibilidade, composta por pessoas dispostas a responder ao questionário disponibilizado na ferramenta *Google Forms*, enviado por via eletrônica (*WhatsApp*, *Facebook* e *e-email*).

A versão final do questionário é formada por 11 construtos validados pela literatura (Apêndice A). Os constructos intenção de uso dos dados do governo aberto (quatro itens), facilidade de uso percebida (três itens), utilidade percebida (cinco itens), motivação extrínseca (três item), motivação intrínseca (três itens) e competência da internet (três itens) são derivados da escala de mensuração de Wirtz *et al.* (2017). Os constructos atitude em relação ao governo aberto (dois itens), atitude em relação ao governo 2.0 (quatro itens) e intensidade de uso da internet (um item) são do estudo de Nam (2012). O construto satisfação política (seis itens) é originado do estudo de Wijnhoven *et al.* (2015).

Por fim, o construto confiança no governo (três itens) é oriundo do estudo de Wang e Lo (2013). Vale ressaltar que, após realizar a tradução das afirmações do questionário, para facilitar o entendimento dos respondentes, adaptaram-se algumas

afirmações utilizando o termo “o governo por meio das redes sociais (ex. *Facebook*, *Twitter*) e mídias sociais (ex. *YouTube*, *Blog*)” para referir-se ao termo “governo 2.0”.

Para responder ao questionário foi utilizado uma escala de *Likert* de cinco pontos variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), com exceção da pergunta “com que frequência você usa a internet? ”, em que foi utilizada uma escala variando de 1 (nunca), 2 (poucas vezes), 3 (toda semana), 4 (1-2 dias por semana), 5 (3-5 dias por semana), 6 (cerca de uma vez por dia), a 7 (várias vezes ao dia). Finalmente, as questões foram complementadas com dados demográficos: gênero, idade, escolaridade, renda, estado civil e região de moradia.

Dando sequência, realizou-se um pré-teste com 39 respondentes para verificar se eles tinham alguma dúvida ou sugestão para aprimorar o questionário. Assim, foi feita a simplificação e adaptação do vocabulário à realidade brasileira, conforme o feedback recebido. Após essas alterações, o questionário foi disponibilizado novamente para o público-alvo responder, ficando disponível no período de 1 de agosto a 18 de setembro de 2018.

A fim de analisar os dados e testar as hipóteses utilizou uma análise multivariada de Modelagem de Equações Estruturais que é um método estatístico que busca explicar as relações entre os construtos latentes (Hair, Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2009), com uma abordagem de mínimos quadrados parciais (PLS-SEM) que é uma técnica eficiente para estimar modelos causais (Hair, Ringle, & Sarstedt, 2011). Para tanto, foram seguidas as recomendações de Hair Jr. et al. (2012a) de configurações do algoritmo de no máximo 300 iterações e um *bootstrapping* de 5.000 subamostras.

Capítulo 4

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 DADOS DEMOGRÁFICOS DA AMOSTRA

A partir da análise de 418 respostas obtidas nesta pesquisa observou-se que o perfil da amostra é composto por 43,7% de pessoas do gênero masculino e 56,3% do gênero feminino. Em relação à idade, a maioria dos participantes está na faixa etária de 30 a 39 anos (33,2%).

No tocante à escolaridade, o maior número dos participantes possui graduação (33,5%), seguido por ensino médio (29,8%), enquanto que ensino fundamental e doutorado apresentaram o menor índice percentual (2,6%).

Os respondentes da pesquisa concentram-se numa renda mensal entre R\$ 1 mil e R\$ 3 mil reais, sendo que na faixa acima de R\$ 10 mil apenas 6,9% afirmaram receber esse valor.

Casados e solteiros, totalizam 85,7% do público alvo do estudo, que possui uma maior concentração na região nordeste do país (71,3%), seguido pela região sudeste (19,1%).

4.2 AVALIAÇÃO DA VALIDADE DO MODELO MENSURAÇÃO

4.2.1 Validade convergente

O primeiro critério considerou a análise das cargas externas. Neste caso, foi excluída a variável COFG3 por apresentar carga fatorial abaixo de 0,5. Como resultante, as cargas ficaram acima de 0,7 para a maioria das variáveis, com exceção

de três: $ATG2.0_3 = 0,62$; $COFG_2 = 0,65$ e $COIN_2 = 0,69$ mas acima da regra prática de 0,5. No que se refere à confiabilidade composta (CR), os coeficientes são de pelo menos 0,7 para todos os construtos, exceto o construto confiança no governo (0,67), porém o construto foi mantido por apresentar valores satisfatórios para os outros critérios. Em relação à variância média extraída (AVE) os valores foram de pelo menos 0,5, conforme mostrado na Tabela 2, atendendo aos critérios de Hair, Sarstedt, Ringle e Mena (2012a). Logo, a validade convergente do modelo de mensuração da pesquisa está sustentada.

4.2.1 Validade discriminante

Ainda, conforme mostrado na Tabela 2, no tocante à validade discriminante, a raiz quadrada da variância média extraída é maior do que as correlações entre os constructos atendendo o critério de Fornell e Larcker (1981). E, de acordo com a Tabela 3, o critério de cargas cruzadas (Barclay, Higgins, & Thompson, 1995; Chin, 1998) também está atendido, pois, as cargas das variáveis em seus respectivos constructos latentes estão acima das demais cargas.

Finalmente, a validade discriminante do modelo da pesquisa também é sustentada pelo critério de Rácio Heterotrait-Monotrait (HTMT), porque os constructos atingem carga máxima de 0,85, conforme mostrado na Tabela 4 (Henseler, Ringle, & Sarstedt, 2015; Kline, 2011). Como se trata de constructos cujos conceitos são próximos, esse critério mostra a robustez da validade discriminante dos constructos utilizados nesta pesquisa.

TABELA 1: VALIDADE CONVERGENTE E DISCRIMINANTE PELO CRITÉRIO DE FORNELL & LACKER (1981)

	AVE	CC	ATGA	ATG2.0	COFG	COIN	FAUP	ITUI	IU	MEX	MIN	SPO	UPE
*Atitude GA (ATGA)	1.000	1.000	1.000										
Atitude G2.0 (ATG2.0)	0.522	0.812	0.600	0.722									
Confiança no governo (COFG)	0.513	0.677	0.465	0.600	0.716								
Competência na internet (COIN)	0.615	0.826	0.466	0.504	0.450	0.784							
Facilidade percebida (FAUP)	0.660	0.795	0.490	0.662	0.574	0.527	0.812						
*Intensidade de uso da internet (ITUI)	1.000	1.000	0.358	0.351	0.332	0.596	0.241	1.000					
Intensão de uso (IU)	0.743	0.896	0.445	0.536	0.304	0.622	0.392	0.493	0.862				
*Motivação extrínseca (MEX)	1.000	1.000	0.332	0.467	0.389	0.482	0.519	0.401	0.600	1.000			
Motivação Intrínseca (MIN)	0.770	0.870	0.436	0.521	0.418	0.551	0.598	0.450	0.685	0.543	0.878		
Satisfação política (SPO)	0.769	0.870	0.134	0.229	0.288	0.005	0.256	0.287	0.004	0.026	0.042	0.877	
Utilidade percebida (UPE)	0.770	0.930	0.480	0.657	0.480	0.688	0.728	0.556	0.702	0.656	0.686	0.032	0.877

Nota: AVE: Variância Média Extraída; CC: Confiabilidade Composta; Dados em negrito mostram o quadrado da raiz quadrada da variância média extraída.
 Fonte: Dados da Pesquisa.

TABELA 2:VALIDADE DISCRIMINANTE PELO CRITÉRIO DE CARGAS CRUZADAS (CHIN, 1998)

	Atitude governo aberto	Atitude governo 2.0	Confiança no governo	Competência da internet	Facilidade de uso percebida	Intensidade de uso da internet	Intenção de uso	Motivação extrínseca	Motivação intrínseca	Satisfação política	Utilidade percebida
ATGA ₁	1,000	0.600	0.465	0.466	0.490	0.358	0.445	0.332	0.436	0.134	0.480
ATG2.0 ₁	0,485	0.707	0.489	0.326	0.502	0.237	0.354	0.360	0.384	0.220	0.424
ATG2.0 ₂	0,433	0.721	0.468	0.344	0.514	0.211	0.346	0.317	0.379	0.239	0.473
ATG2.0 ₃	0,361	0.624	0.297	0.386	0.267	0.290	0.432	0.325	0.363	0.034	0.422
ATG2.0 ₄	0,453	0.824	0.468	0.403	0.596	0.280	0.424	0.351	0.383	0.157	0.567
COFG ₁	0,355	0.469	0.773	0.331	0.416	0.279	0.253	0.276	0.310	0.158	0.375
COFG ₂	0,311	0.387	0.654	0.314	0.409	0.191	0.178	0.284	0.289	0.266	0.310
COIN ₁	0,420	0.456	0.401	0.904	0.485	0.526	0.508	0.441	0.485	0.014	0.629
COIN ₂	0,338	0.337	0.322	0.697	0.397	0.496	0.469	0.347	0.428	-0.032	0.517
COIN ₃	0,333	0.383	0.331	0.737	0.350	0.378	0.490	0.339	0.381	0.025	0.464
FAUP ₂	0,410	0.520	0.453	0.479	0.821	0.257	0.363	0.347	0.411	0.177	0.474
FAUP ₃	0,386	0.556	0.479	0.378	0.804	0.135	0.275	0.304	0.321	0.289	0.430
ITUI ₁	0,358	0.351	0.332	0.596	0.241	1.000	0.493	0.384	0.390	-0.099	0.554
IU ₁	0,400	0.484	0.268	0.549	0.387	0.412	0.901	0.506	0.556	-0.025	0.591
IU ₂	0,405	0.488	0.244	0.543	0.328	0.473	0.909	0.548	0.600	-0.030	0.651
IU ₃	0,344	0.410	0.279	0.516	0.295	0.388	0.768	0.498	0.625	0.078	0.571
MEX ₂	0,332	0.467	0.389	0.482	0.401	0.384	0.600	1.000	0.543	0.026	0.656
MIN ₁	0,377	0.458	0.354	0.477	0.376	0.343	0.586	0.488	0.873	0.016	0.617
MIN ₂	0,387	0.456	0.379	0.491	0.414	0.341	0.617	0.465	0.882	0.057	0.587
SPO ₂	0,112	0.206	0.258	0.020	0.270	-0.066	0.004	0.037	0.053	0.880	0.054
SPO ₃	0,124	0.196	0.248	-0.011	0.233	-0.107	0.004	0.008	0.021	0.874	0.003
UPE ₁	0,456	0.595	0.402	0.621	0.487	0.500	0.631	0.571	0.614	0.023	0.908
UPE ₂	0,405	0.573	0.411	0.598	0.454	0.495	0.606	0.561	0.586	0.051	0.847
UPE ₃	0,433	0.574	0.445	0.590	0.451	0.520	0.645	0.591	0.627	0.012	0.862
UPE ₄	0,389	0.563	0.430	0.610	0.566	0.429	0.580	0.582	0.581	0.028	0.891

Fonte: Dados da Pesquisa.

TABELA 3: VALIDADE DISCRIMINANTE PELO CRITÉRIO DE RÁCIO HETEROTRAIT-MONOTRAIT (HENSELER, RINGLE, & SARSTEDT, 2015)

	Atitud e G.0	Atitud e GA	Competênci a na internet	Confianç a no governo	Facilidad e percebid a	Intensidad e de uso da internet	Intençã o de uso	Motivaçã o extrínsec a	Motivaçã o Intrínsec a	Satisfaçã o política	Utilidade percebid a
Atitude G2.0											
Atitude GA	0.608										
Competência na Internet	0.510	0.465									
Confiança no Governo	0.605	0.468	0.453								
Facilidade Percebida	0.659	0.490	0.525	0.579							
Intensidade de uso	0.358	0.358	0.596	0.330	0.241						
Intenção de uso	0.546	0.445	0.627	0.306	0.392	0.493					
Motivação Extrínseca	0.475	0.332	0.480	0.394	0.401	0.384	0.601				
Motivação Intrínseca	0.530	0.436	0.551	0.421	0.450	0.390	0.690	0.543			
Satisfação Política	0.228	0.134	0.032	0.298	0.287	0.099	0.051	0.026	0.042		
Utilidade Percebida	0.662	0.479	0.686	0.482	0.558	0.554	0.703	0.657	0.686	0.043	

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.3 TESTE DE HIPÓTESES

Após a validação do modelo estrutural foi realizado o teste de hipóteses e, conforme mostrado na Figura 1 e na Tabela 5, considerando um intervalo de confiança de 95% e 99%, constatou-se que, a atitude em relação ao governo aberto ($b = 0.193$ e $p > 0.006$) e ao governo 2.0 ($b = 0.420$ e $p > 0.000$) são estatisticamente significativas e impactam a intenção de usar os dados do governo aberto. Assim, as hipóteses H_{1a} e H_{1b} estão suportadas. Dessa maneira, nesta amostra, quanto mais atitudes o cidadão estiver em relação a essas novas formas de governo eletrônico maior será a sua intenção em utilizar os dados disponibilizados pelo governo.

Quanto aos antecedentes das atitudes dos cidadãos, as evidências mostram que a facilidade de uso percebida está estatisticamente relacionada com a utilidade percebida ($b = 0.559$ e $p > 0.000$), suportando a hipótese H_2 . Sendo assim, considerando essa amostra, quanto maior for a facilidade de uso percebida pelos cidadãos, maior será a sua percepção de utilidade em relação aos dados do governo aberto. A facilidade de uso percebida também impactou positivamente as atitudes em relação ao governo aberto ($b = 0.215$ e $p > 0.013$) e as atitudes em relação ao governo 2.0 ($b = 0.311$ e $p > 0.000$), suportando as hipóteses H_{3a} e H_{3b} . Assim, para esta amostra, quanto maior for a facilidade de uso percebida pelos cidadãos, mais atitudes positivas eles terão em relação ao governo aberto e ao governo 2.0.

A hipótese H_{4b} que buscou verificar a relação entre a utilidade percebida e a atitude em relação ao governo 2.0 ($b = 0.356$ e $p > 0.000$) foi suportada. Ou seja, considerando esta amostra, quanto maior for a utilidade percebida pelo cidadão, provavelmente, mais atitudes positivas eles terão em relação ao governo 2.0.

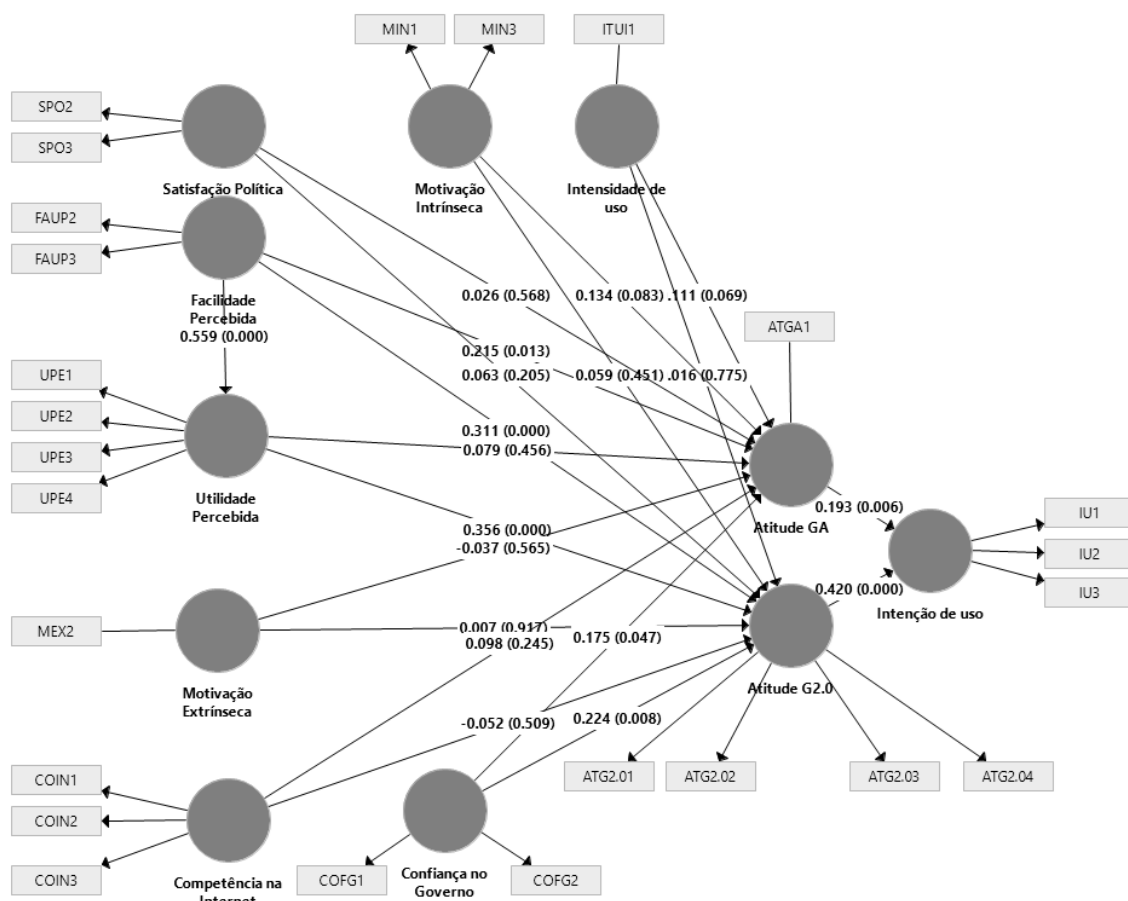


Figura 2: Diagramas de caminhos do modelo de relações estruturais

Percebe-se também, tanto na Figura 1 quanto na Tabela 5, que a confiança no governo impacta positivamente as atitudes em relação ao governo aberto ($b = 0.175$ e $p > 0.047$) e ao governo 2.0 ($b = 0.224$ e $p > 0.008$), suportando as hipóteses H_{9a} e H_{9b} . Para essa amostra, o resultado indica que quanto mais o cidadão confia no governo mais suscetível ele está de ter atitudes positivas em relação ao governo aberto e ao governo 2.0.

TABELA 4: COEFICIENTES DO MODELO ESTRUTURAL

	Amostra original	Média da amostra	Desvio Padrão	Estatística T	Valor de P
Atitude GA -> Intenção de uso	0,193	0,192	0,070	2,765	0,006
Atitude G2.0 -> Intenção de uso	0,420	0,422	0,078	5,376	0,000
Facilidade Percebida -> Utilidade Percebida	0,559	0,559	0,042	13,398	0,000
Facilidade Percebida -> Atitude GA	0,215	0,211	0,086	2,484	0,013
Facilidade Percebida -> Atitude G2.0	0,311	0,315	0,081	3,841	0,000
Utilidade Percebida -> Atitude GA	0,079	0,084	0,106	0,745	0,456
Utilidade Percebida -> Atitude G2.0	0,356	0,359	0,095	3,733	0,000
Motivação Extrínseca -> Atitude GA	-0,037	-0,039	0,064	0,575	0,565
Motivação Extrínseca -> Atitude G2.0	0,007	0,006	0,066	0,104	0,917
Motivação Intrínseca -> Atitude GA	0,134	0,132	0,077	1,733	0,083
Motivação Intrínseca -> Atitude G2.0	0,059	0,054	0,079	0,753	0,451
Competência na Internet -> Atitude GA	0,098	0,098	0,084	1,164	0,245
Competência na Internet -> Atitude G2.0	-0,052	-0,053	0,079	0,661	0,509
Satisfação Política -> Atitude GA	0,026	0,024	0,045	0,571	0,568
Satisfação Política -> Atitude G2.0	0,063	0,062	0,050	1,267	0,205
Confiança no Governo -> Atitude GA	0,175	0,181	0,088	1,986	0,047
Confiança no Governo -> Atitude G2.0	0,224	0,224	0,084	2,664	0,008
Intensidade de uso -> Atitude GA	0,111	0,108	0,061	1,817	0,069
Intensidade de uso -> Atitude G2.0	0,016	0,015	0,056	0,286	0,775

Fonte: Dados da pesquisa

Os coeficientes R^2 ajustados do modelo foram de 0,346 e 0,594 para atitude em relação ao governo aberto e atitude em relação ao governo 2.0, respectivamente, indicando que os construtos independentes explicam 34,6% e 59,4% as respectivas atitudes, esse último resultado evidencia uma boa explicação para o modelo proposto, especificamente, para as atitudes em relação ao governo 2.0 e que existem outras dimensões não abordadas no presente estudo que também explicam essas atitudes.

Capítulo 5

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As evidências deste estudo mostram que somente três fatores – facilidade de uso percebida, utilidade percebida e confiança no governo – são antecedentes das atitudes dos cidadãos brasileiros em relação ao governo aberto e ao governo 2.0 e dos seus efeitos nas suas intenções em utilizar os dados do governo.

Vale ressaltar que a facilidade de uso impacta a percepção da utilidade dos dados do governo aberto e corrobora o estudo de Wirtz *et al.* (2017), na Alemanha, de Wang e Lo (2013), em Taiwan e de Ozkan & Kanat (2011), na Turquia. Assim como no Brasil, aparentemente, os cidadãos que percebem estarem livres de esforço físico e mental (Davis, 1986) ao entender e usar os dados do governo aberto, percebem a utilidade destas informações. Ou seja, percebem um impacto positivo no desempenho das suas atividades (Davis, 1986). Também percebem o governo como mais aberto e acessível e, por isso, estão mais dispostos a obter informações governamentais por meio das redes sociais (ex. Facebook, Twitter) e mídias sociais (ex. You Tube, Blog), ou seja, as ferramentas utilizadas pelo governo 2.0.

Em contrapartida, no estudo de Sipior *et al.* (2011), realizado nos Estados Unidos, a utilidade percebida não teve uma relação significativa com o uso do governo eletrônico. Para esses autores, os cidadãos não percebem a utilidade como um benefício real ao usar os sites do governo, a amostra utilizada por eles foi formada por membros de uma comunidade que não tinham experiência e nem

habilidade tecnológica, essa pode ser uma possível explicação para a diferença de resultado relacionado a esse construto.

Wirtz & Birkmeyer (2015) afirmam que a tecnologia é um importante fator no governo aberto. De fato, sem o apoio da tecnologia para facilitar o acesso, a aprendizagem e utilização dos dados abertos, em países com problemas de infraestrutura de telecomunicações e tecnologias de informação e comunicação (TIC), as atitudes e intenções dos cidadãos em relação aos dados abertos ficam comprometidas. Nesta amostra, 71% dos respondentes estão na região nordeste que, por um lado, tem avançado na infraestrutura para acesso à internet de alta velocidade (Folha, 2017). Por outro lado, 51% dos lares não possuem internet e um dos principais motivos é o preço da conexão (Folha Pernambuco, 2018).

No que tange à confiança do cidadão no governo, ao perceber que sua privacidade ao usar websites é protegida e que os serviços prometidos são realmente disponibilizados via website, o cidadão passa a entender o governo como mais aberto e acessível. Também se sente mais disposto a usar as ferramentas disponibilizadas pelo governo 2.0. Em outras palavras, suas atitudes, na conjuntura dessa pesquisa, são influenciadas pela segurança e privacidade. Esses achados são compatíveis com os estudos de Nam (2012) e Wang e Lo (2013).

Porém, é importante ressaltar que a confiança no governo não pode ser mensurada apenas pela inovação tecnológica, mas especificamente, no uso de websites. A confiança do cidadão no governo em geral, ou seja, nas instituições públicas e seus representantes é um fator essencial para moldar suas atitudes. Como o governo aberto e o governo 2.0 são recursos inovadores e desconhecidos ainda para a maioria das pessoas, os cidadãos que estão insatisfeitos com administração

pública acabam confiando menos no governo (e se eles não confiam essas inovações podem parecer ilusórias (Nam, 2012).

Nesta perspectiva, o governo brasileiro tem criado iniciativas para implementar os dados abertos na esfera federal, estadual e municipal, bem como nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), além de iniciativas para ampliar a participação em políticas públicas (Cunha, Rosina, Teixeira, Silva, Lazzari, Silva & Spinola, 2015). No estudo de Ingrams (2017), ao analisar as iniciativas governamentais abertas em 50 países membros da OGP, o Brasil teve sucesso nas iniciativas de transparência no período 2012-2013. Em um *ranking* sobre as iniciativas de dados abertos no cenário internacional, o Brasil ocupa a 21ª posição em um total de 86 países (Tcu, 2015).

Neste estudo, alguns fatores não impactaram as atitudes dos cidadãos, são eles: motivação intrínseca e extrínseca, competência na internet, intensidade de uso da internet e satisfação política. Uma possível explicação é o atual contexto político marcado por atos corruptos, ocasionando uma insatisfação na população em geral, assim como, desmotivação em relação aos assuntos governamentais. Este resultado é diferente do estudo de Wijnhoven *et al.* (2015), no qual a insatisfação com a situação política atual é indicativa para participação de projetos governamentais. Ademais, pelo fato da amostra ter uma alta concentração no nordeste do país, e ser caracterizada em sua maioria por pessoas de renda média, isso pode ter tido implicações nos construtos relacionados à habilidade e frequência na internet.

Capítulo 6

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na parte teórica, o estudo contribui para mostrar que os determinantes das atitudes e intenção de usar os dados do governo aberto, podem variar entre os países signatários (Brasil, Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos) da Parceria de Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*). Em particular, entre os países emergentes como o Brasil, que ainda tem um desafio de melhoria da sua infraestrutura de acesso à internet por seus cidadãos. Ao fazer isto, contribui para mostrar uma pesquisa em outros países, conforme sugerido por Wirtz *et al.* (2017).

Em segundo lugar, este estudo contribui com uma investigação empírica quantitativa, indo além dos estudos qualitativos nacionais, conforme recomendado por Barbosa (2017) e amplia a relação de variáveis, contribuindo para o processo de amadurecimento político e social do uso dos dados abertos (Cunha *et al.*, 2015).

Na prática, o estudo pode contribuir ao fornecer informações úteis para que os formuladores de políticas do governo possam direcionar as iniciativas governamentais abertas, educando o cidadão sobre o valor e a utilidade do governo eletrônico, com a finalidade de envolver mais a sociedade, contribuindo para o controle social. Sugere-se que os desenvolvedores de sistemas da web no âmbito governamental possam tornar os sites mais fáceis de usar, no tocante ao cidadão encontrar e entender as informações disponibilizadas, tornar os sites mais interativos melhorando a relação entre governo e cidadão, isso pode aumentar a confiança do público no governo.

Este estudo apresentou limitações quanto à amostra não probabilística que não permite generalizar os resultados para toda a população brasileira, porém vale ressaltar que o mesmo apresenta indicativos do comportamento dos indivíduos. Em relação ao corte transversal, os dados coletados referem-se a um determinado ponto no tempo, não permitindo conclusões sobre impactos durante todo o tempo.

Para pesquisas futuras, sugere-se que outros construtos abordados na literatura sobre governo eletrônico possam ser incorporados ao modelo, como por exemplo expectativa ou percepção de valor. Estudos longitudinais podem ser realizados objetivando investigar como o comportamento do cidadão em relação ao governo aberto e ao governo 2.0 muda ao longo do tempo, levando em consideração que a web está constantemente evoluindo e novos recursos são incorporados ao sistema do governo eletrônico.

REFERÊNCIAS

- Abu-Shanab, E. A. (2015). Reengineering the open government concept: An empirical support for a proposed model. *Government Information Quarterly*, 32(4), 453-463.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2005). The influence of attitudes on behavior. *The handbook of attitudes*, 173(221), 31.
- Alcaide Muñoz, L., Rodríguez Bolívar, M. P., & López Hernández, A. M. (2017). Transparency in governments: a meta-analytic review of incentives for digital versus hard-copy public financial disclosures. *The American Review of Public Administration*, 47(5), 550-573.
- Alzahrani, L., Al-Karaghoul, W., & Weerakkody, V. (2017). Analysing the critical factors influencing trust in e-government adoption from citizens' perspective: A systematic review and a conceptual framework. *International Business Review*, 26(1), 164-175.
- Anttiroiko, A. (2010). Innovation in democratic E-Governance: Benefitting from Web 2.0 applications in the public sector. *International Journal of Electronic Government Research*, 6(2), 18–36.
- Ariely, G. (2013). Public administration and citizen satisfaction with democracy: cross-national evidence. *International Review of Administrative Sciences*, 79(4), 747-766.
- Barclay, D. W., Higgins, C. A., & Thompson, R. (1995). The partial least squares approach to causal modeling: personal computer adoption and use as illustration. *Technology Studies*, 2(2), 285–309.
- Barbosa, A. R. (2017). Perfil da produção científica brasileira sobre governo eletrônico. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 8(1), 1785-1810.
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., & Grimes, J. M. (2010). Using ICTs to create a culture of transparency E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. *Government information quarterly*, 27(3), 264-271.
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., & Hansen, D. (2012). The impact of policies on government social media usage: Issues, challenges, and recommendations. *Government information quarterly*, 29(1), 30-40.
- Bertot, J. C., & Choi, H. (2013, June). Big data and e-government: issues, policies, and recommendations. In *Proceedings of the 14th Annual International Conference on Digital Government Research* (pp. 1-10). ACM.
- Bonsón, E., Torres, L., Royo, S., & Flores, F. (2012). Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities. *Government information quarterly*, 29(2), 123-132.

Carter, L., & Bélanger, F. (2005). The utilization of e-government services: citizen trust, innovation and acceptance factors. *Information systems journal*, 15(1), 5-25.

CGU- Controladoria Geral Da União, 2013. Balanço do 1º Plano de Ação Nacional – versão em português. Disponível em: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/balanco-primeiro-plano.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CGU- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2016. 3º Plano de Ação Nacional – versão em português. Disponível em: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/3o-plano-de-acao-nacional-na-parceria-para-governo-aberto>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

Chin, W. W. (1998). The partial least squares approach to structural equation modeling. In G. A. Marcoulides (Ed.), *Modern methods for business research* (pp. 295–336). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Chin, W. W. (1998). Issues and opinions on SEM. *Management Information Systems Quarterly*, 22(1), 7-16.

Chun, S., Shulman, S., Sandoval, R., & Hovy, E. (2010). Government 2.0: Making connections between citizens, data and government. *Information Polity*, 15(1, 2), 1-9.

Coursey, D., Yang, K., & Pandey, S. K. (2012). Public service motivation (PSM) and support for citizen participation: A test of Perry and Vandenabeele's reformulation of PSM theory. *Public Administration Review*, 72(4), 572-582.

Cunha, M. A. V. C. D., Rosina, M. S. G., Teixeira, M. A. C., Silva, A. P. D., Lazzari, E. A., Silva, M. C. F. D., ... & Spinola, L. (2015). *Dados abertos nos municípios, estados e governo federal brasileiros*. CEAPG-Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (EAESP) e GEPI-Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação (Direito SP).

Davis, F. D. (1986). *A technology acceptance model for empirically testing new end-user information systems: Theory and results* (Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology).

Duțu, A., & Diaconu, M. (2017). Community participation for an open public administration: Empirical measurements and conceptual framework design. *Cogent Business & Management*, 4(1), 1-22.

Feeney, M. K., & Welch, E. W. (2016). Technology–task coupling: Exploring social media use and managerial perceptions of e-government. *The American Review of Public Administration*, 46(2), 162-179.

Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research*. Boston: Addison-Wesley.

- Folha Pernambuco (2018). 51% dos lares do nordeste segue sem internet. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/economia/tecnologia/2018/07/25/NWS,75915,10,476,ECONOMIA,2373-51-DOS-LARES-NORDESTE-SEGUEM-SEM-INTERNET.aspx>. Acesso em: 12 Dez. 2018.
- Folha de São Paulo (2017), Região nordeste puxa o avanço e mem internet de alta velocidade. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1944860-regiao-nordeste-puxa-o-avanco-em-internet-de-alta-velocidade.shtml>. Acesso em: 12 Dez. 2018.
- Ganapati, S., & Reddick, C. G. (2014). The use of ICT for open government in US municipalities: Perceptions of chief administrative officers. *Public Performance & Management Review*, 37(3), 365-387.
- Gascó, M. (2015). Special issue on open government: an introduction. *Social Science Computer Review*, 33(5), 535-539.
- Gohn, M. D. G. M. (2016). Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, 16(47), 125-146.
- Grimmelikhuijsen, S. G., & Feeney, M. K. (2016). Developing and testing an integrative framework for open government adoption in local governments. *Public Administration Review*, 77(4), 579-590.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman Editora.
- Hair, J. F., Sarstedt, M., Ringle, C. M., & Mena, J. A. (2012a). An assessment of the use of partial least squares structural equation modeling in marketing research. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 40(3), 414-433.
- Hair, J. F., Hult, G. T. M., Ringle, C., & Sarstedt, M. (2017). *A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)* (2nd Ed.). Los Angeles | London | New Deli | Singapore |Washington DC: Sage.
- Hair, J. F., Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2011). PLS-SEM: Indeed a silver bullet. *Journal of Marketing theory and Practice*, 19(2), 139-152.
- Hansson, K., Belkacem, K., & Ekenberg, L. (2015). Open government and democracy: A research review. *Social Science Computer Review*, 33(5), 540-555.
- Henseler, J., Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2015). A new criterion for assessing discriminant validity in variance-based structural equation modeling. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 43(1), 115-135.
- Horsburgh, S., Goldfinch, S., & Gauld, R. (2011). Is public trust in government associated with trust in e-government? *Social Science ComputerReview*, 29(2), 232-241.

- Hutter, K., Füller, J., & Koch, G. (2011). Why citizens engage in open government platforms. *Lecture Notes in Informatics (LNI)-Proceedings Vol*, 192.
- Ingrams, A. (2017). The transparency performance puzzle: A fuzzy set qualitative comparative analysis of policy failure in open government initiatives. *Information Polity*, 22(1), 25-39.
- Janssen, M., Charalabidis, Y., & Zuiderwijk, A. (2012). Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. *Information systems management*, 29(4), 258-268.
- Khan, G. F., Moon, J., Swar, B., Zo, H., & Rho, J. J. (2012). E-government service use intentions in Afghanistan: technology adoption and the digital divide in a war-torn country. *Information Development*, 28(4), 281-299.
- Kline, R. B. (2011). Principles and practice of structural equation modeling. New York: Guilford Press.
- Kolsaker A and Lee-Kelley L (2008) Citizens' attitudes towards e-government and e-governance: A UK study. *International Journal of Public Sector Management* 21(7): 723–738.
- Kornberger, M., Meyer, R. E., Brandtner, C., & Höllerer, M. A. (2017). When bureaucracy meets the crowd: Studying “open government” in the Vienna City Administration. *Organization Studies*, 38(2), 179-200.
- Lee, G., & Kwak, Y. H. (2012). An open government maturity model for social media-based public engagement. *Government information quarterly*, 29(4), 492-503.
- Luna-Reyes, L. F., & Ae Chun, S. (2012). Open government and public participation: Issues and challenges in creating public value. *Information Polity*, 17(2), 77-81.
- Ma, L., & Zheng, Y. (2017). National e-government performance and citizen satisfaction: a multilevel analysis across European countries. *International Review of Administrative Sciences*, 0(0), 1–21.
- Marco, S. D., Robles, J. M., & Antino, M. (2014). Digital skills as a conditioning factor for digital political participation. *Communications-The European Journal of Communication Research*, 39(1), 43–65.
- Meijer, A. J., Curtin, D., & Hillebrandt, M. (2012). Open government: connecting vision and voice. *International review of administrative sciences*, 78(1), 10-29.
- Morgeson III, F. V., VanAmburg, D., & Mithas, S. (2010). Misplaced trust? Exploring the structure of the e-government-citizen trust relationship. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 21(2), 257-283.
- Nam, T. (2012). Citizens' attitudes toward open government and government 2.0. *International review of administrative sciences*, 78(2), 346-368.

- OGP – OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. About. Disponível em: www.opengovpartnership.org/about/about-ogp. Acesso em: 11 Dez. 2018.
- Ozkan, S., & Kanat, I. E. (2011). E-Government adoption model based on theory of planned behavior: Empirical validation. *Government Information Quarterly*, 28(4), 503-513.
- Parycek, P., Hocht, J., & Ginner, M. (2014). Open government data implementation evaluation. *Journal of theoretical and applied electronic commerce research*, 9(2), 80-99.
- Piotrowski, S. J. (2017). The “Open Government Reform” Movement: The Case of the Open Government Partnership and US Transparency Policies. *The American Review of Public Administration*, 47(2), 155-171.
- Porumbescu, G. (2017). Linking transparency to trust in government and voice. *The American Review of Public Administration*, 47(5), 520-537.
- Purwanto, A., Zuiderwijk, A., & Janssen, M. (2018, May). Citizen engagement in an open election data initiative: a case study of Indonesian's Kawal Pemilu. In *Proceedings of the 19th Annual International Conference on Digital Government Research: Governance in the Data Age* (p. 62). ACM.
- Pyrozhenko, V. (2017). Open government: Missing questions. *Administration & Society*, 49(10), 1494-1515.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Intrinsic and extrinsic motivations: Classic definitions and new directions. *Contemporary educational psychology*, 25(1), 54-67.
- Saxena, S., & Janssen, M. (2017). Examining open government data (OGD) usage in India through UTAUT framework. *Foresight*, 19(4), 421-436.
- Shim, D. C., & Eom, T. H. (2008). E-government and anti-corruption: Empirical analysis of international data. *International Journal of Public Administration*, 31(3), 298-316.
- Sipior, J. C., Ward, B. T., & Connolly, R. (2011). The digital divide and e-government in the United States: using the technology acceptance model to understand usage. *European Journal of Information Systems*, 20(3), 308-328.
- Sivarajah, U., Irani, Z., & Weerakkody, V. (2015). Evaluating the use and impact of Web 2.0 technologies in local government. *Government Information Quarterly*, 32(4), 473-487.
- Susha, I., Zuiderwijk, A., Janssen, M., & Grönlund, Å. (2015). Benchmarks for evaluating the progress of open data adoption: usage, limitations, and lessons learned. *Social Science Computer Review*, 33(5), 613-630.
- Sweeney, A. D. (2008). Electronic government-citizen relationships: Exploring citizen perspectives. *Journal of Information Technology & Politics*, 4(2), 101-116.

- Tcu – Tribunal de Contas da União, 2015. Cinco motivos para a abertura de dados na Administração Pública. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/cinco-motivos-para-a-abertura-de-dados-na-administracao-publica.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- Torkzadeh, G., & Van Dyke, T. P. (2001). Development and validation of an Internet self-efficacy scale. *Behaviour & Information Technology*, 20(4), 275-280.
- Van Ryzin, G. G. (2005). Testing the expectancy disconfirmation model of citizen satisfaction with local government. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 16(4), 599-611.
- Vigoda-Gadot, E. R. A. N., Shoham, A., Schwabsky, N., & Ruvio, A. (2008). Public Sector Innovation for Europe: A Multinational Eight-Country Exploration of Citizens' Perspectives. *Public Administration*, 86(2), 307-329.
- Wang, H. J., & Lo, J. (2013). Determinants of citizens' intent to use government websites in Taiwan. *Information development*, 29(2), 123-137.
- Welch, E. W., Hinnant, C. C., & Moon, M. J. (2005). Linking citizen satisfaction with e-government and trust in government. *Journal of public administration research and theory*, 15(3), 371-391.
- Wijnhoven, F., Ehrenhard, M., & Kuhn, J. (2015). Open government objectives and participation motivations. *Government information quarterly*, 32(1), 30-42.
- Wirtz, B. W., & Birkmeyer, S. (2015). Open government: Origin, development, and conceptual perspectives. *International Journal of Public Administration*, 38(5), 381-396.
- Wirtz, B. W., & Daiser, P. (2018). A meta-analysis of empirical e-government research and its future research implications. *International Review of Administrative Sciences*, 84(1), 144-163.
- Wirtz, B. W., & Piehler, R. (2016). eGovernment Applications and public personnel acceptance: an empirical analysis of the public servant perspective. *International Journal of Public Administration*, 39(3), 238-247.
- Wirtz, B. W., Piehler, R., & Daiser, P. (2015). E-government portal characteristics and individual appeal: an examination of e-government and citizen acceptance in the context of local administration portals. *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*, 27(1), 70-98.
- Wirtz, B. W., Weyerer, J. C., & Rösch, M. (2017). Citizen and open government: an empirical analysis of antecedents of open government data. *International Journal of Public Administration*, 41(4), 308-320.
- Wirtz, B. W., Weyerer, J. C., & Rösch, M. (2017). Open government and citizen participation: an empirical analysis of citizen expectancy towards open government data. *International Review of Administrative Sciences*, 0(0) 1–21.

- Yang, T. M., Lo, J., & Shiang, J. (2015). To open or not to open? Determinants of open government data. *Journal of Information Science*, 41(5), 596-612.
- Yu, H., & Robinson, D. G. (2011). The new ambiguity of open government. *UCLA L. Rev. Discourse*, 59, 178-208.
- Zuiderwijk, A., Janssen, M., & Dwivedi, Y. K. (2015). Acceptance and use predictors of open data technologies: Drawing upon the unified theory of acceptance and use of technology. *Government Information Quarterly*, 32(4), 429-440.

APÊNDICE A

QUADRO 1: CONSTRUTOS E VARIÁVEIS TRADUZIDOS E ADAPTADOS

	CONSTRUTOS E VARIÁVEIS	FONTE
	Atitudes dos cidadãos em relação ao governo aberto	
ATGA ₁	As ações e informações governamentais estão mais abertas e acessíveis	Nam (2012)
ATGA ₂	As ações e informações governamentais são as mesmas que há dois anos	
	Atitudes dos cidadãos em relação ao Governo 2.0	
ATG2.0 ₁	O Governo, por meio das redes sociais (ex. Facebook, Twitter) e mídias sociais (ex. You Tube, Blog), torna o governo acessível.	Nam (2012)
ATG2.0 ₂	O Governo, por meio das redes sociais (ex. Facebook, Twitter) e mídias sociais (ex. You Tube, Blog), ajuda a manter as pessoas informadas.	
ATG2.0 ₃	A utilização das redes sociais (ex. Facebook, Twitter) e mídias sociais (ex. You Tube, Blog) pelo governo não é desperdício de dinheiro.	
ATG2.0 ₄	O Governo, por meio das redes sociais (ex. Facebook, Twitter) e mídias sociais (ex. You Tube, Blog), fornece novas informações	
	Intensidade de uso da internet	
ITUI ₁	Com que frequência você usa a internet?	Nam (2012)
	Intenção de uso dos dados do Governo Aberto	
IU ₁	Pretendo usar os dados do governo aberto quando tiver a oportunidade de fazê-lo	Wirtz, Weyerer e Rösch (2017)
IU ₂	Posso me imaginar usando os dados do governo aberto	
IU ₃	Estou interessado em usar os dados do governo aberto	
IU ₄	Usarei os dados do governo aberto para fins pessoais	
	Facilidade de uso percebida	
FAUP ₁	Aprender a lidar com os dados do governo aberto é fácil para mim	Wirtz, Weyerer e Rösch (2017)
FAUP ₂	Portais que fornecem dados do governo aberto (por exemplo, dados.gov.br) geralmente tem um formato claro e compreensível	
FAUP ₃	Acho que os dados do governo aberto são fáceis de encontrar	
	Utilidade percebida	
UPE ₁	Os dados do governo aberto são uma fonte útil de informação para os cidadãos	Wirtz, Weyerer e Rösch (2017)
UPE ₂	O uso dos dados do governo aberto aumenta a qualidade da informação	
UPE ₃	O uso dos dados do governo aberto aumenta a quantidade da informação	
UPE ₄	O uso dos portais que fornecem os dados do governo aberto facilita a obtenção de informações públicas.	
UPE ₅	Eu acho que usar dados do governo aberto economiza muito tempo na busca por informações	
	Motivação Extrínseca	
MEX ₁	Eu usaria principalmente os dados do governo aberto para meu benefício pessoal.	Wirtz, Weyerer e Rösch (2017)
MEX ₂	Eu preciso ter a percepção de que usar dados do governo aberto é vantajoso para mim	
MEX ₃	Eu não gastaria muito tempo e esforço para usar dados do governo aberto se percebesse que somente outras pessoas apenas beneficiarem disso	
	Motivação Intrínseca	

MIN₁	Gosto de me informar sobre a administração pública e a política por meio dos dados do governo aberto	Wirtz, Weyerer e Rösch (2017)
MIN₂	Estou interessado em dados do governo aberto. Quanto mais difícil é entender esses dados, mais eu quero saber sobre eles	
MIN₃	Eu gosto de usar dados do governo aberto.	
Competência da Internet		
COIN₁	Basicamente, me dou bem com a navegação em sites de maneira geral.	Wirtz, Weyerer e Rösch (2017)
COIN₂	Tenho confiança para ajudar meus amigos que são menos experientes com computadores.	
COIN₃	Eu mesmo poderia resolver a maioria dos meus problemas utilizando a internet.	
Satisfação Política		
SPO₁	A política, muitas vezes, falha em questões críticas.	Wijnhoven, Ehrenhard e Kuhn (2015)
SPO₂	Os partidos políticos no Brasil estão fazendo um bom trabalho	
SPO₃	Políticos no Brasil desempenham bem suas tarefas	
SPO₄	Estou contente com o trabalho da administração pública	
SPO₅	De maneira geral, estou contente com a democracia, com os partidos políticos e todo o sistema político no Brasil.	
SPO₆	Estou insatisfeito com todos os partidos políticos estabelecidos	
Confiança no Governo		
COFG₁	O governo protege a privacidade do cidadão via website	Wang e Lo (2013)
COFG₂	O governo entrega os serviços prometidos por meio de websites (ex. portal de saúde, portal da educação- Mec).	
COFG₃	Websites de serviços (ex. portal de saúde, portal da educação- Mec) do governo definitivamente são enganadores	

Fonte: Dados da pesquisa